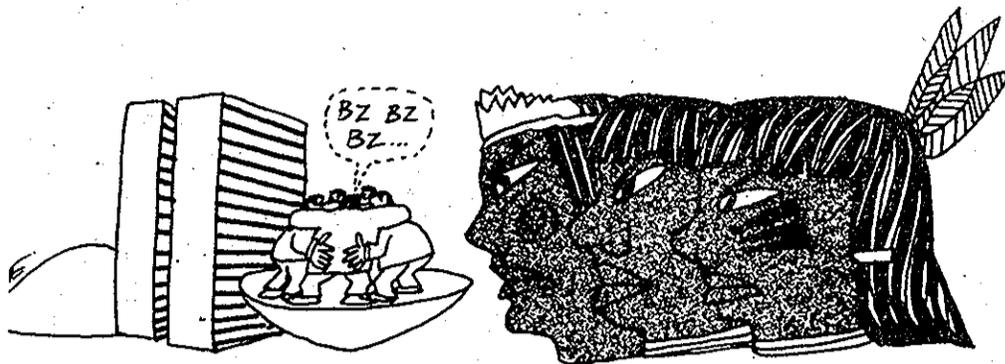


Alerta a todas as tribos

MARINA SILVA e GILNEY VIANA



Parece que as palavras mágicas "reforma constitucional" deixaram os conservadores alvoraçados no Brasil inteiro. O primeiro semestre deste ano transcorreu num permanente comício contra todas as conquistas sociais inseridas, a duras penas, na Constituição de 1988. Interessados de norte a sul mobilizaram-se na tentativa de fazer retornar a "desconstitucionalização que vigorava nos tempos da ditadura. É claro que no afã de retornar a "desconstitucionalização" que vigorava nos tempos da ditadura. É claro que no afã de retornar ao atraso e vendê-lo como modernidade, as terras indígenas não poderiam ficar de fora. Afinal, sobre elas recaem os interesses de algumas das oligarquias mais atrasadas:

Duas graves iniciativas contrárias aos direitos dos povos indígenas marcaram o semestre. Da parte do Poder Executivo veio o anúncio de uma possível mudança no decreto 22/91, que regulamenta o processo de demarcação das terras. No legislativo, tivemos o recrudescimento de uma articulação destinada a aprovar a emenda constitucional 133, que também atinge o direito dos índios sobre suas terras.

O objetivo do governo com a mudança do decreto 22 é introduzir o contraditório no processo administrativo de demarcação das terras, permitindo que a proposta da Funai seja contestada por quem se julgar prejudicado. Dessa forma, cairia por terra o reconhecimento nacional sobre a imemorialidade da presença indígena nessas terras, uma antiga reivindicação de setores que sobre elas têm interesses econômicos, como fazendeiros e madeireiros.

O mais grave é que o governo pretende usar essa modificação para discutir as áreas já demarcadas mas ainda não registradas no Serviço de Patrimônio da União. Assim, os conflitos pela posse da terra poderão ser reabertos em 82 áreas cujos povos já se consideravam seguros com a demarcação. Os processos de outras 286 áreas ainda não demarcadas enfretariam dificuldades políticas e burocráticas superiores às atuais.

Preocupados com essa ameaça, solicitamos, em companhia de outros parlamentares de diversos partidos, uma audiência ao Presidente da República. Pretendemos manifestar-lhe diretamente nosso temor de que a mudança do decreto 22 reacenda conflitos que tanta violência já produziram no interior do país. A Presidência da República nos

assegurou que nada será feito antes da audiência, que esperamos venha a acontecer no início de agosto, logo após o recesso parlamentar.

Dentro do próprio Congresso, a principal ameaça no momento é a proposta de emenda constitucional 133, que pretende modificar o artigo 231 da Constituição. Esse artigo assegura aos índios o usufruto exclusivo das terras que ocupam, ficando para a união a tarefa de demarcá-las. O que se pretende com a emenda 133 é proibir a demarcação na faixa de fronteira e condicioná-la, em cada caso, à uma aprovação específica do Congresso Nacional.

A proibição de demarcações junto à fronteira não tem qualquer justificativa legal nem estratégica. É mais uma vez o disfarce de interesse econômico e uma tentativa de impedir, pela maioria conservadora hoje, o que foi determinado em 88. A emenda 133 foi apresentada em 1992 mas só agora começou a tramitar, com a instalação da comissão especial da Câmara que dará parecer sobre a proposta. Já foram realizadas três reuniões, aprovando-se o calendário de depoimentos.

Outra comissão importante, da qual fazemos parte, é a que estuda a revisão do projeto Calha Norte. Foram realizadas duas audiências públicas até agora. Estamos propondo outras audiências, com a participação de estudiosos, políticos e estrategistas que acompanharam a execução do projeto, em especial os seus impactos sociais e ambientais nos povos indígenas e outras comunidades.

Atravessamos um momento perigoso. A onda conservadora promovida pelo governo tem oferecido um espaço político favorável aos adversários da causa indígena que se articulam dentro e fora do Congresso. Os parlamentares, os grupos profissionais e as entidades não-governamentais que se preocupam com o futuro das comunidades indígenas, além de suas próprias lideranças, precisam agir depressa, denunciando esses novos atentados contra as minorias étnicas do Brasil.

Foi com a mobilização de todos que conquistamos a garantia constitucional da demarcação das terras. Essa mobilização é agora novamente necessária para preservar essa conquista.

Marina Silva é senadora pelo PT do Acre e Gilney Viana é deputado federal pelo PT do Mato Grosso. Transcrito do Informativo Inesc de agosto/95.